

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

AMÉRICO DE CAMPOS (1875-1894)
FRANCISCO RANGEL PESTANA (1875-1890)
JULIO MESQUITA (1885-1927)
JULIO DE MESQUITA FILHO (1915-1969)
FRANCISCO MESQUITA (1915-1969)

LUIS CARLOS MESQUITA (1952-1970)
JOSÉ VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1988)
JULIO DE MESQUITA NETO (1948-1996)
LUIS VIEIRA DE CARVALHO MESQUITA (1947-1997)
RUY MESQUITA (1947-2013)

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
PRESIDENTE
ROBERTO CRISTISSIMA MESQUITA
MEMBROS
FRANCISCO MESQUITA NETO
JULIO CESAR MESQUITA
LUIS CARLOS ALENCAR
RODRIGO LARA MESQUITA

DIRETOR PRESIDENTE
FRANCISCO MESQUITA NETO
DIRETOR DE JORNALISMO
EURÍPEDES ALCANTARA
DIRETOR DE OPINIÃO
MARCOS GUTERMAN

DIRETORA JURÍDICA
MARILANA UEMURA SAMPAIO
DIRETOR DE MERCADO ANUNCIANTE
PAULO BOTELHO PESSOA
DIRETOR FINANCEIRO
SERGIO MALSUEIRO MOREIRA

NOTAS E INFORMAÇÕES

Só falta combinar com os companheiros



Alckmin diz que o País precisa reduzir o custo Brasil e melhorar a produtividade aprofundando reformas – as mesmas às quais o PT sempre se opôs e tenta, quando pode, reverter

“O Brasil ficou caro antes de ficar rico”, constatou o vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, em reunião na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. “É um país caro, e é caro exportar, tem dificuldade para exportar, a não ser produto primário. Tem de reduzir o Custo Brasil, melhorar a produtividade e a competitividade. Não tem bala de prata. É fazer a lição todo dia: refor-

ma trabalhista, tributária, previdenciária, administrativa.”

Com efeito, segundo levantamento do Movimento Brasil Competitivo, em comparação com a média de custos dos países da OCDE – um grupo das democracias ricas –, as empresas brasileiras desembolsam todos os anos, em despesas adicionais, algo em torno de R\$ 1,7 trilhão, cerca de 20% do PIB. As causas são várias: mão de obra pouco qualificada, excesso de encargos trabalhistas, tributação complexa e onerosa, infraestrutura precária, crédito escasso e caro, complexidade regulatória e inseguran-

ça jurídica.

Muita coisa foi feita nos últimos anos. A reforma da Previdência aliviou a pressão fiscal e reduziu a discriminação entre servidores públicos e trabalhadores privados. O marco do saneamento está viabilizando investimentos privados. A autonomia do Banco Central foi um avanço no controle da inflação. A reforma trabalhista colaborou com a queda no desemprego. A reforma tributária, ainda que desfigurada e desidratada, eliminará distorções competitivas e simplificará procedimentos custosos. O elemento comum dessas reformas foi reduzir o peso e as arbitrariedades do Estado que freavam o potencial de crescimento e perpetuavam desigualdades de renda e de oportunidades.

Além de aprofundar essas reformas, outras medidas nesse sentido seriam importantes para aliviar o custo Brasil, como a redução de tarifas de máquinas e insumos ou mais privatizações para acabar com feudos políticos. É a “lição de casa de todo dia” a que Alckmin se refere. Só tem um problema: faltou combinar com os companheiros.

Como se sabe, o lulopetismo foi ferrenho opositor de medidas como essas, da autonomia do BC e do marco do saneamento às reformas trabalhista e da Previdência. Se a atual gestão não as revogou, não foi por falta de vontade, e sim de base parlamentar. Mas brechas foram abertas aqui e ali, muitas vezes com a ajuda de uma caneta companheira no Judiciário, como a flexibilização das regras que restringiam indicações políticas a cargos em autarquias e empresas estatais ou de economia mista. Agora mesmo o governo tenta reverter

na Justiça a privatização da Eletrobras, e busca interferir nela e noutras empresas privadas nas quais tem participação, como a Vale. A política de preços da Petrobras voltou a ser opaca, e a intenção de utilizá-la como instrumento de políticas públicas é manifesta. Sobre a segurança jurídica, a lição de casa ficou para as calendas.

De quando em vez um ministro ou secretário faz jogo de cena anunciando “estudos” para uma reforma administrativa, mas quem se lembra da última vez em que o presidente da República tocou no assunto?

Ao invés de reformas, o governo anuncia com fanfarra “novas” políticas industriais com toda sorte de estímulos de curto prazo, isenções, subsídios e reservas de mercado que fazem grupos de pressão oligopolistas salivarem.

Quanto à redução dos juros, a principal política do governo é demonizar o Banco Central. No mais, flerta com o desrespeito às metas fiscais que ele mesmo estabeleceu e contrata despesas permanentes com receitas provisórias.

“O único item para controlar a inflação são os juros. Não pode ser assim. Tem de ter melhor política fiscal”, disse Alckmin – em 2005. À época, ele recriou o “modo petista de governar” por arrecadar muito e gastar mal – “é o custo PT” –, deixando no ar uma pergunta retórica que continua a ecoar: “Qual medida o governo tomou para fechar a torneira do desperdício de dinheiro público?”. Será que, em 2024, o neossocialista Geraldo Alckmin, alçado a vice-presidente e ministro do Desenvolvimento do governo lulopetista, tem uma resposta? ●

Fracasso na terra yanomami

Embora o governo Lula tente transferir a culpa pelo problema, não há justificativa aceitável para que a crise humanitária que atinge o povo yanomami esteja maior do que um ano atrás

O Ministério da Saúde registrou 363 mortes de indígenas yanomamis em 2023, numa quantidade de óbitos superior ao número oficial do ano anterior, quando foram apontadas 343 mortes. A divulgação foi acompanhada por três relativizações: técnicos do ministério alegam que os números na gestão de Jair Bolsonaro estavam subnotificados; o governo ainda credita parte das deficiências atuais à herança deixada pelo antecessor; e um inquérito em curso pode vir a identificar mortes e doenças não notificadas em anos anteriores e corrigir dissonâncias. Com ou sem tais ressalvas, o número divulgado agora reafirma uma certeza já deixada em janeiro, quando a tragédia humanitária dos yanomamis completou um ano: o governo Lula fra-

cassou até agora na tentativa de salvar os indígenas da emergência sanitária. E, mais grave, não há qualquer indício de que os erros cometidos até aqui estejam sendo corrigidos de fato.

Ao apagão na estatística e no combate aos crimes ambientais do governo anterior, a gestão de Lula respondeu com apagão de eficiência. Não há justificativa aceitável para que a crise humanitária que atinge o povo yanomami esteja maior, e não menor, do que um ano atrás – mesmo que se reconheçam os limites de uma resposta de curto prazo a anos acumulados de problemas naquela região, que envolve o envenenamento das águas e do solo, a intoxicação de pessoas, a propagação da malária, a proliferação de casos crônicos de desnutrição e as invasões e assassinações promovidos por criminosos vincu-

lados ao garimpo ilegal, que fez aumentar os índices de violência, degradação ambiental e doenças por contaminação do mercúrio nos rios. Sua solução exigiria muito mais.

Em janeiro de 2023, poucos dias depois de tomar posse como presidente, Lula da Silva foi surpreendido com a notícia daquilo que organizações já alertavam havia uma década: os yanomamis sofriam com desassistência sanitária, malária, pneumonia, desnutrição severa, doenças sexualmente transmissíveis e mortes, resultado de anos e anos de interferência indevida de não indígenas em seu território, localizado entre os Estados de Roraima e Amazonas, e no sul da Venezuela. Tudo isso agravado por um local de difícil acesso e pelo abandono do Estado numa terra dominada pelo ecossistema de crimes ambientais.

À época, foi decretada emergência em saúde pública e montou-se uma força-tarefa envolvendo seis ministérios, as Forças Armadas e a Polícia Federal, além de órgãos como a Funai, o Ibama e a Secretaria Especial de Saúde Indígena. Seguindo o DNA palanqueiro do lulopetismo, o presidente não hesitou em apontar culpados externos do passado e fazer promessas de redenção para o futuro próximo. Há cerca de um mês, no aniversário do primeiro ano da crise, Lula da Silva reafirmou intenções, enviou uma equipe de ministros

ao local e apresentou denúncias como se estivesse iniciando a tarefa.

O tamanho da tragédia em curso, porém, não aceita a conjugação entre oportunismo político e soberba. A soma de equívocos do governo começou com a ausência de uma instância de coordenação das ações emergenciais com real poder sobre as diferentes pastas e órgãos envolvidos no trabalho. Também faltou estudo logístico eficiente para planejar o envio de insumos e profissionais de saúde, e milhares de reais foram consumidos em cestas básicas lançadas sobre aldeias e clareiras sem muito critério. O resultado se vê nos números e na tentativa de transferência de culpa e responsabilidade. O esvaziado Ministério dos Povos Indígenas, por exemplo, divulgou em janeiro uma resolução na qual culpa a “negligência” do Ministério da Defesa pela situação dos yanomamis. Também afirmou que o problema é o garimpo ilegal, e não mais a fome. Já militares têm evitado responder, ao mesmo tempo que são acusados de omissão na segurança diante da proliferação do garimpo ilegal.

A conta tem sido paga com a vida e com os direitos mais elementares dos indígenas, historicamente tratados como cidadãos de segunda classe. Uma trágica ironia para aqueles cujo nome, na origem, segundo a expressão *yanomami thëpë*, significa “seres humanos”. ●